

Diversidades e estudos étnico-raciais (africanos e brasileiros)

Eugenia no Brasil e o tratamento de doentes mentais: lobotomias e racismo

Bárbara Mateuzzo ¹

Resumo. Este trabalho explora a relação entre o tratamento de doentes mentais e as teorias eugênicas no Brasil entre 1900 e 1960. Durante esse período, ideais eugênicos influenciaram profundamente a medicina e a psiquiatria, levando à segregação e ao tratamento abarcado por violências simbólicas, psicológicas e físicas de pessoas consideradas por estes como "anormais". A lobotomia, cirurgia invasiva usada para modificar comportamentos, foi aplicada em muitos pacientes, especialmente aqueles internados. O trabalho discute como discursos racistas e eugenistas influenciaram o tratamento de pessoas negras, demonstrando o viés presente nessas práticas médicas. A metodologia utilizada é a de levantamento bibliográfico acerca do assunto.

Palavras-chave: Eugenia; doentes mentais; racismo; lobotomia.

Abstract: This work explores the relationship between the treatment of mentally ill people and eugenic theories in Brazil between 1900 and 1960. During this period, eugenic ideals profoundly influenced medicine and psychiatry, leading to segregation and treatment involving symbolic, psychological and physical violence. of people considered by them as "abnormal". Lobotomy, an invasive surgery used to modify behavior, was applied to many patients, especially those hospitalized. The work discusses how racist and eugenicist discourses influenced the treatment of black people, demonstrating the bias present in these medical practices. The methodology used is a bibliographical survey on the subject.

Keywords: Eugenics; mentally ill; racism; lobotomy.

¹ Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina
barbara.mateuzzo@uel.br

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

1. INTRODUÇÃO

A Eugenia, teoria defendida por Francis Galton (1883), buscou defender o aperfeiçoamento racial, ancorado com o pensamento de hereditariedade de que esse ‘aprimoramento’ era passado para os filhos e, portanto, tinha os ideais de “raça pura”, em que tinham os considerados “normais” e os “anormais”. No Brasil, esse debate esteve fortemente ligado com o pensamento de regeneração nacional, ancorado com as teses do racismo científico e assim, com a tese do branqueamento da população, ideais estes presentes no Brasil desde a época do Império.

Pode-se observar que fora um assunto constante nas temáticas nacionais, mesmo que por muitas vezes pareça estar distante do conhecimento da população; dessa forma, essa discussão foi estabelecida relacionando-se com questões nacionalistas, em que “(...)a eugenia brasileira associou-se à mobilização pela introdução de tal legislação de bem-estar social como forma de aprimorar o povo brasileiro o que influenciou a forma que assumiu.” (STEPAN, 2004, p. 337).

Diante disso, o debate da eugenia esteve muito presente no Brasil nas décadas de 1910 a 1960, em que o país passou por diversas mudanças, tanto sociais como políticas, momentos sanitaristas e higienistas como a Revolta da Vacina (1904), as reformas Pereira Passos (1902-1906), e ainda estava perdurando o ideal da *Béllé Époque* (1889-1922), além disso, havia uma alta na vinda de imigrantes para o país, sobretudo europeus reforçando essa ideia de branqueamento da população. Nesse contexto, o país encarava problemas tais como desemprego, fome e os problemas considerados ‘morais’, como o alcoolismo, a criminalidade e a prostituição. Buscava se, então, sanar esses problemas associando-os aos ‘degenerados’.

Diante disso, Renato Ferraz Kehl (1889-1978) foi um médico e farmacêutico, e um dos grandes influentes sobre esse assunto no Brasil. Ele organizava os congressos, as conferências, a primeira sendo realizada em dezembro de 1917, e no ano seguinte foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, a qual possuía 140 membros composta pela elite médica paulista

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

(STEPAN, 2004, p. 340). Kehl realizava as reuniões, fazia os boletins, o “*Boletim de Eugenia*”, em que defendia suas opiniões e buscava colocá-los em prática através de leis. O *Boletim de Eugenia*, circulou no país durante 1929 e 1933, e Renato Kehl expunha os seus principais ideais, dentre eles a tentativa de proibição de reprodução dos “anormais”, em que ele defendia a segregação dessas pessoas, separando-as por sexo nas instituições, desse modo, ele considerava essas pessoas as responsáveis pelos problemas na sociedade, e, dessa forma “(...) seria restringida, progressivamente, a procriação dos elementos de perturbação social e de degradação da sociedade e, por conseguinte, prevenidos crimes e desgraças que se registram todos os dias.” (KEHL, 1932, p. 55).

Esse discurso teve uma forte presença dentro da psiquiatria, por essa inclinação de que as doenças mentais eram hereditárias, e pela defesa de uma segregação dessas pessoas, pouco importava o tratamento que elas receberiam,

(...)os psiquiatras e médicos das áreas da medicina legal e da higiene mental eram os mais “inclinados” a sugerir tal medida. A observação do psiquiatra paulista Pacheco e Silva (13 jan. 1934, p.1) é emblemática nesse sentido. Em entrevista ao jornal O Globo, em janeiro de 1934, sobre a lei de esterilização alemã, como ficou conhecida, comentava que “onde a esterilização tem sido proposta com maior frequência, encontrando grande número de defensores, é nos deficientes mentais e psicopatas. Ninguém ousará negar a importância da hereditariedade mórbida nas doenças mentais” (WEGNER, *et al.* 2013, p. 271).

Diante do exposto, um dos principais exemplos de aplicabilidade de ideais eugênicos no Brasil foram os manicômios, locais com modelo asilar com a intenção de segregar os doentes mentais, considerados “anormais”, e por muitas vezes tendo sido tratados com enorme negligência e violência, o que se estende para a realização das lobotomias com o intuito de modificar o comportamento dos pacientes. Dessa forma, este trabalho com um levantamento e revisão bibliográfica, busca estabelecer essa relação entre a eugenia e o tratamento de doentes mentais no Brasil, apresentando assim, em como a escolha da

realização das cirurgias invasivas não eram aleatórias e sim, carregavam um viés racista por trás.

2. EUGENIA E SEUS CONCEITOS

Para a melhor compreensão da formulação da teoria da eugenia² e suas posteriores propostas e ideias, deve-se primeiro estabelecer a relação entre a concepção de “raça”³ e a construção social a partir disso, e, portanto, é necessária uma contextualização histórica de fenômenos relevantes que estão relacionados com tais concepções. Dessa forma será abordado o racismo científico⁴, e as teorias que embarcam esse conceito. Dessa forma, é importante destacar que infelizmente, essas ideias foram ganhando ênfase em vários momentos da História e atravessaram todos os processos de colonização europeia. Desde a colonização do continente Latino-americano até a colonização da África e da Ásia. A noção de dominação de um povo sobre outro é anterior à essas conceituações, como observado no Colonialismo europeu na América e África nos séculos XVI, em que subjugararam os povos originários, escravizando-os, além do tráfico de africanos para as américas, com a premissa de que os europeus eram o ‘povo mais civilizado’ e estava respaldado pela religião.

O Iluminismo, período histórico que ocorreu no século XVIII, colocou a razão como principal fonte de conhecimento em oposição a religião, reforçando o humanismo⁵, buscando um avanço da ciência valorizando-a⁶, e assim, novos conceitos e estudos foram realizados. Como pontapé inicial na sistematização de raça, pode-se destacar o biólogo e zoólogo sueco Lineu⁷(1707-1778), o qual separou os humanos em quatro raças, utilizando como fundamentos a cor de

² Palavra vinda do grego que significa bem-nascido.

³ Como será explicado o conceito, não deixei esse termo entre aspas ao longo do trabalho, sabendo que esse é um termo em desuso e errado.

⁴ O uso da palavra científico advém do modo como era utilizado na época, pois não é nada comprovado, sendo assim uma pseudociência sem fundamentação teórica, apenas a tentativa de uma legitimação do preconceito.

⁵ Conceito que coloca o homem [ser humano] como centro e fonte de inteligência, diferenciando da teologia que colocava a fé como centro e fonte de saber.

⁶ Não que isso seja visto de uma forma positiva, como será discutido adiante sobre os “avanços” da ciência.

⁷ Lineu sistematizou os seres vivos em reinos, os colocando em classificações de acordo com suas semelhanças, sendo considerado o maior representante da taxonomia [área da Biologia que estuda organização e classificação dos seres vivos] moderna.

pele e comportamento, e assim, “os povos americanos são ‘tenazes e pacientes’; os asiáticos ‘soberbos e mesquinhos’; os europeus ‘vivos e inventivos’; adjetivou os africanos de ‘astutos e negligentes’.” (LIPKO; PASQUO, 2008 apud GOÉS, 2022). A partir disso, Blumennbach (1752-1840) reconfigura essa definição, e

(...) atribuindo o conceito de caucásio para os europeus; o africano é denominado como etíope; o amarelo como variedade mongólica, considerando os habitantes da Ásia Oriental, incluindo China e o Japão; entre os americanos, havia os povos de variedade vermelha. Essa nova forma de classificação entre os povos é hierarquizada pelo autor à medida que os *caucasóides* passam a ser considerados como os mais belos do mundo. Assim, para Dunn e Dobzhansky (1949 [1946]) apud LIPKO; PASQUO (2008), é a primeira classificação biológica hierárquica dos grupos que havia nas variadas partes do mundo. (LIPKO; PASQUO 2008, apud GOÉS, 2022, p. 25).

Essas definições hierarquizaram os seres humanos, em uma ‘ideia de progresso e valorização da ciência’, as quais, puderam de certa forma, serem utilizadas para poder “legitimar o controle político e o econômico sobre os povos ‘estranhos’” (GÓES, 2022, p. 29), buscando, portanto, justificar a dominação, a exploração e a violência exercida pela Europa no Continente Africano e na Ásia. Outras definições que podem ser consideradas relacionadas com a eugenia, é a conceituação de frenologia, a qual teve como fundador o médico austríaco Franz Joseph Gall (1758-1828), essa pseudociência estabelecia que as medidas do crânio definiam a moralidade e a intelectualidade, e que buscava comprovar a superioridade de uma raça em detrimento da outra, e assim, assumem a posição de que a “espécie humana não é homogênea, estabelece padrões e diferenças entre os seres humanos” (GÓES, 2022, p. 32).

É observado, portanto, que há uma tentativa de tornarem científicas essas noções de preconceito. Busca-se, juntamente, com esse “avanço” da ciência, dentro de um contexto de momento histórico de muitas mudanças sociais e políticas, uma modernização acelerada em que se possa defender e assumir uma hierarquização dos seres humanos, e, classificá-los como inferiores e superiores.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

E, para assim, justificar o racismo e muitas outras formas de estereotipação, e dessa forma, buscam, alguns cientistas, produzir teorizações para legitimar a dominação de um grupo sobre outro, teorias estas que legitimavam o neocolonialismo, a escravidão e tantas outras violências vivenciadas por negros e povos originários.

Essa busca por uma seleção de pessoas que possam ser mais relevantes à sociedade é observada desde a antiguidade nos gregos⁸, mas a conceituação propriamente da eugenia, fora feita posteriormente (STEPHAN, 2005). A teoria da eugenia defendida por Francis Galton (1883)⁹, buscou estabelecer o aperfeiçoamento humano ancorado no pensamento de hereditariedade, ou seja, de que esse aprimoramento era passado de pais para filhos. Defendia além disso que “o declínio das nações estaria ligado diretamente a fatores hereditários, e por assim ser fazia-se necessário tornar a ciência eugênica uma questão acadêmica, uma consciência nacional, uma nova religião.” (ROCHA, 2014, p. 19). E dessa forma, como principal característica, é de que algumas pessoas não deveriam reproduzir (STEPHAN, 2005). Essa teoria obteve algumas ramificações e noções que foram perpassadas ao longo do tempo, em que o principal ponto é o de limitar ou estimular a reprodução (MAI; ANGERAMI, 2006).

Galton, inspirado em importantes cientistas que desenvolveram teorias evolutivas, tais como: Lamarck¹⁰, Darwin¹¹, Mendel¹², Spencer e Malthus¹³, buscou relacionar genética, seleção natural e evolução humana, e que dessa forma, deveriam existir mecanismos, principalmente de controle reprodutivo, para reforçar um aprimoramento humano. Por conseguinte, outro ponto de extrema importância para compreender o tema, talvez a principal questão da teoria da eugenia, é de que Galton não se preocupava apenas com características físicas e biológicas que seriam passadas de pais para filhos, mas principalmente,

⁸ “Em Esparta, por exemplo, a ideia de produzir uma raça de guerreiros de primeira classe, levava os espartanos a eliminar todo o recém-nascido que fosse portador de algum tipo de deficiência.” (ROCHA, 2014.p. 16).

⁹ GALTON, Francis. *Inquiries into Human Faculty and Its Development*. 1869. É nesse livro que Galton cunha o termo pela primeira vez, apesar de já ter demonstrado ideias semelhantes anteriormente.

¹⁰ LAMARCK, Jean-Baptiste. *Filosofia Zoológica*. 1809.

¹¹ DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies*. 1859

¹² MENDEL, *Experimentos na hibridização de plantas*. 1865

¹³ Thomas Malthus (1766-1834) foi um economista, e definiu a sua teoria demográfica em que era necessário um controle de natalidade, visto que a população crescia em maior número do que os recursos naturais.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

acreditava que as características comportamentais, psíquicas, sociais e intelectuais, eram herdadas, defendendo a necessidade de um melhoramento hereditário e que assim, defendia não somente “a eliminação de doenças hereditárias conhecidas, mas também o encorajamento de determinadas uniões que possibilitavam a seleção de características favoráveis”. (ROCHA, 2014, p. 17).

2.1 Eugenia no Brasil

Para especificar as questões de eugenia no Brasil, se deve fazer uma contextualização histórica acerca de acontecimentos concernentes à temática. Primeiramente, é importante destacar o período de Colonização que ocorreu no país (1500-1822), o qual foi extremamente violento com os povos indígenas e juntamente depois, com o tráfico de africanos, trazendo-os para serem escravizados. Mesmo após a proclamação da Independência do Brasil em 1822, deixando de ser colônia de Portugal, a escravidão continuou a ocorrer no país. Apenas em 1888 aboliu-se a escravidão, sendo o último país da América a fazê-lo, e sem leis que propiciassem uma emancipação dos libertos, a abolição não mudou a estrutura e formas de dominação (MOURA, 2014). Diante desse contexto de anos de violência e subjugação, a colonização e a escravização são processos históricos relacionados com a “(...) construção do racismo no Brasil”. (BERSANI, 2018, p. 180). Dentro desse contexto, é observado a busca pela formação de uma identidade nacional, reforçando os ideais de progresso e civilização, e que, é constatado no país a influência que a Europa exercia na intelectualidade brasileira, com a concepção de que somente os países europeus possuíam a civilidade, e assim expressam uma exaltação às teorias europeias. Com ideias ‘científicas’ advindas dos europeus, como o darwinismo social e teorias raciais, buscava-se inseri-las dentro da construção de nação do país (DE LUCA, 1999).

Não somente as noções científicas interessavam às elites, mas em como as influências estéticas e artísticas estavam presentes, como se pode constatar no período conhecido como *Belle Époque* (1889-1922), com vestimentas principalmente inspiradas em tendências francesas da época (DEL PRIORE;

VENANCIO, 2016). Além, de influenciar politicamente, principalmente na capital do país na época, como as Reformas de Pereira Passos (1902-1906) a qual buscava transformações arquitetônicas no Rio de Janeiro inspiradas em moldes franceses. Com a urbanização acelerada e desorganizada da cidade, buscava assim, modernizá-la, mas essas reformas tinham como pano de fundo ideias sanitaristas e higienistas, o que ocasionou no que ficou conhecido popularmente como 'Bota abaixo', em que foram fechados e demolidos os cortiços e moradias populares das regiões centrais, e assim, ocasionou na expulsão dos moradores, os quais eram de classes marginalizadas:

Conforme Milton Santos (1993), a urbanização das cidades brasileiras, principalmente na passagem do século XVIII para o XIX e deste para o século XX, o espaço urbano, gradativamente se desenvolveu, mas baseado em formas e estratégias de planejamento urbano voltado aos interesses dos detentores do poder político e socioeconômico. Nossas cidades nasceram, cresceram e se desenvolveram envolta de ideologias e políticas de limpeza, embelezamento conforme os padrões europeus e de segregação das classes populares, sobretudo da população negra (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015, p. 5).

Outro momento de políticas sanitaristas e higienistas foram o controle de endemias, como a varíola, a febre amarela e a peste bubônica, lideradas pelo médico Oswaldo Cruz. É observada medidas autoritárias, como o decreto de março de 1904 para controle das doenças, que permitia a invasão, fiscalização e possível demolição de casas (SEVCENKO, 2018). Posteriormente, como a população se via insatisfeita com as medidas tomadas, com a falta de informação sobre questões de saúde à população e com o decreto em novembro do mesmo ano, que instituiu a vacina contra a varíola obrigatória, ocorre a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro. Com o decorrer de uma semana, com protestos e repressão, a detenção de 945 pessoas¹⁴, em que "O próprio chefe de polícia confessou, e os jornais o atestam, que no final da revolta foi feita uma limpeza na cidade para

¹⁴ "Foram detidas ao todo 945 pessoas. Destas, 461, depois de terem sido identificadas como possuindo antecedentes criminais, foram deportadas. As restantes 484 foram soltas. Segundo o chefe de polícia, os arquivos da Casa de Detenção informavam que os 461 deportados possuíam 949 nomes e haviam sido presos 1852 vezes, das quais 1535 por contravenção e 317 por crime (141 contra a pessoa, 176 contra a propriedade). Para o exterior foram deportados, por sentença, sete estrangeiros." (CARVALHO, 2012 p.117).

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

prender os que a polícia considerava vagabundos.” (CARVALHO, 2012, p. 117).

Esses acontecimentos brevemente citados, demonstram as noções de limpeza social que ecoava sobre o pensamento da época, período este de extremas mudanças, como a Proclamação da República e da recente abolição da escravatura. É dentro desse contexto, com a urbanização acelerada e desorganizada, as ideias da ciência positivista acerca de progresso e modernidade, mudanças sociais e políticas como a abolição da escravatura e a vinda de imigrantes pós Primeira Guerra Mundial, que os ideais de eugenia tomam força no país. A forte influência sobre a Europa no país, trazia consigo concepções de que o Brasil era um país atrasado e que prevaleceria a inferioridade, como a vinda de intelectuais para analisar a questão étnica do país, como o suíço Louis Agassiz, professor de Zoologia em Harvard, o qual defendia a pureza da raça humana (DE LUCA, 1999). Agassiz era contrário a mestiçagem e sobre o Brasil escreveu:

(...)que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separara, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental. (AGASSIZ, 1868 p. 71 apud SCWARCZ, 2005 p. 13).

Assim como ele, Arthur de Gobineau, intelectual francês veio ao Brasil, Gobineau era contrário à miscigenação e definiu que a população brasileira é degenerada e defendeu a superioridade dos brancos. (DIWAN, 2015). Dentro desse contexto, a intelectualidade brasileira buscava definir uma identidade nacional, em que a questão da mestiçagem estava no cerne do debate, uma vez que o país já era miscigenado, para eles era necessário compreender essas questões e principalmente, defender um branqueamento da população brasileira. (SCHWARCZ, 2005). Diante disso, não se buscava somente um branqueamento físico, mas também, culturalmente, com as tentativas de apagamento de culturas, festividades e religiosidades negras (MUNANGA, 2004). A questão do branqueamento, esteve presente no ideal da população brasileira, em que “O branqueamento surgia como uma espécie de solução

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

mágica para as contradições de uma sociedade multirracial, heterogênea e atravessada por uma rígida hierarquia.” (DE LUCA, 1999, p. 171). A questão da degeneração social era o centro das questões, e de que era necessário assim, um melhoramento da população e dessa forma, a eugenia envolvia questões morais não somente aspectos raciais (DIWAN, 2015). Monteiro Lobato, foi um dos principais idealizadores e propagandista da eugenia, além de possuir uma amizade próxima com Renato Kehl. Lobato ao criar a personagem do *Jeca Tatu*, um homem simples do interior de São Paulo, no conto *Urupês* (1914), publicado no *O Estado de São Paulo*, defendia que deveria haver um saneamento do povo brasileiro e de que os sertanejos eram pessoas preguiçosas e incapazes de serem civilizadas (DIWAN, 2015).

Dentro desse contexto, em 1918 é fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP) “(...)apenas dez anos depois do estabelecimento da equivalente britânica e seis anos após a francesa, indica quão afinados estavam os cientistas da região com os desenvolvimentos europeus.” (STEPAN, 2005, p. 45). A SESP foi fundada pelo médico e farmacêutico Renato Kehl, o qual foi o principal influente e propagandista das teorias da eugenia no país o qual será abordado especificamente mais adiante. A SESP foi composta por 140 membros, principalmente pela elite médica, e que tinham como principais objetivos discutir e divulgar sobre um viés eugênico, os problemas que acarretavam o país “(...)alcoolismo, doenças venéreas, degeneração, fertilidade, natalidade, tuberculose-eram ligados à ‘purificação’ e à eugenia da nação brasileira. (STEPAN, 2004; STEPAN, 2005, p. 56). A SESP obteve apoio jornalístico, que defendiam a importância do aperfeiçoamento do Brasil e dos tais avanços científicos (STEPAN, 2005; DIWAN, 2015). Essas reuniões e palestras foram publicadas pelo Renato Kehl nos *Annaes de Eugenia* em 1919. A SESP foi encerrada um ano após a sua fundação, em 1919, apesar de curta duração. pode se considerar que teve grande influência nos debates e pôde inserir diretamente as teorias da eugenia no país. Em 1929, ocorre o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, no Rio de Janeiro, fundado por Miguel Couto, com presidência de Roquette-Pinto e como secretário Renato Kehl, com os eixos temáticos de Antropologia, Genética e Educação e Legislação, em que a última seção era a mais concorrida para apresentação de trabalhos, demonstrando o interesse dos eugenistas de formular

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

efetivamente leis para defender medidas eugênicas (DIWAN, 2015).

É notório, portanto, o quanto essas questões políticas de higiene social, e da defesa incessante de uma ‘ciência’ atreladas em um imaginário de progresso e civilização, estavam interligadas com as teorias da eugenia, e que se fortaleceram no Brasil.

3. O TRATAMENTO DE DOENTES MENTAIS NO BRASIL E EUGENIA

O surgimento de locais de segregação à doentes mentais, se deu inicialmente apenas como medida de exclusão social, e posteriormente, surgem os tratamentos médicos destinados à essas pessoas, não que a exclusão social tenha desaparecido e nem que os tratamentos médicos eram adequados (FOUCAULT, 2019). Além disso, a questão da normalidade é construída socialmente, e dessa forma, é modificado de acordo com tempo e a sociedade, e que está relacionada com coerção e assim, mecanismos de poder é que definem a norma e a anormalidade (FOUCAULT, 2001). Esses espaços de segregação, como apresentado por Goffman, não somente busca a separação dos considerados anormais, mas “o que é um bom ajustamento para o indivíduo é ainda melhor para a sociedade” (GOFFMAN, 2008, p. 134). Dessa forma, há a prevalência da ideia de que a retirada dessas pessoas do convívio social é benéfica e necessária para o bom alinhamento da sociedade. O surgimento do primeiro manicômio no país é datado de 1852 durante o Brasil Império localizado no Rio de Janeiro, no segundo reinado de Pedro II, o qual levava o nome do Hospício. A psiquiatria no Brasil teve mais consolidação no século XX, com o decreto lei 8.834 de 11 de julho de 1911, reorganiza a *Assistência a Alienados (BRASIL, 1911)* que definia como os manicômios deveriam ser organizados especificando o quadro de funcionários, e que os doentes mentais tinham o direito de serem encaminhados para esses lugares. (BRASIL, 1911)¹⁵. Como apresentado, o principal intuito era o de segregar e separar as pessoas tidas como ‘anormais’

¹⁵ A política voltada para as doenças mentais no Brasil teve como “marco inicial o decreto de criação do hospício, em 18 de julho de 1841 (Brasil, Decreto nº 82), que foi a primeira instituição imperial voltada para a assistência aos alienados” (Facchinetti, 2015, p.5)

e 'degeneradas'. Com muitos relatos de violência física, psicológica e humilhação, os manicômios, hospícios e hospitais psiquiátricos no Brasil, foram lugares de extrema degradação humana. É apresentado, como os manicômios foram lugares em que existiam medidas de tratamento baseadas em violências e, por muitas vezes em fases de testes, como relatado pelo médico brasileiro Mario Yahn acerca dos tratamentos existentes no Brasil:

Yahn (1937) faz uma descrição das terapêuticas da esquizofrenia utilizadas no Brasil no começo do século: injeção de cânfora, idealizada por Von Meduna; malarioterapia, experimentada por Wagner von Jauregg, que consistia em provocar uma infecção de malária no paciente esquizofrênico. Foram utilizadas também a sulfopyretoterapia, a aurosulfopyretoterapia. Até mesmo injeções endovenosas de leite foram experimentadas. Mas o tratamento mais estranho sem dúvida foi utilizado por J. S. Galant: injeções de sangue de placenta humana. O sangue era colhido na hora do parto e levado ao hospital psiquiátrico. Aplicava-se 15 injeções em três dias em cada paciente. (YAHN, 1937 apud MASIERO, 2003, p. 552).

Dentro desse contexto, havia uma forte influência de debates sobre eugenia no país nesse período, e dentro da Psiquiatria não foi diferente. Com a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP) em 1918, com a forte presença da elite médica, esse se tornou um espaço de debate sobre eugenia dentro da medicina, inclusive de Juliano Moreira, diretor do Manicômio Pedro II, citado anteriormente:

(...)Juliano Moreira, diretor do Hospital Nacional dos Alienados, localizado no Rio de Janeiro, enviou carta parabenizando a sociedade e comunicando-lhe seus próprios esforços eugênicos no campo da higiene mental. (STEPAN, 2004, p. 340).

Estabelece-se assim, debates sobre eugenia dentro da psiquiatria. Posteriormente, na década de 20, é fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) no Rio de Janeiro, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, com o objetivo de divulgar e apresentar as 'inovações' médicas no campo da psiquiatria,

principalmente tomando como parâmetro Alemanha, França e Estados Unidos. Em que de acordo com a LBHM, um dos principais intuítos era “realizar um programa de higiene mental e eugenia na vida individual, escolar, profissional e social” (ABHM, 1929, 2; 1941, 13 apud STEPAN, 2004, p 343.) Esse discurso de avanços médicos, estavam diretamente ligados com as ideias de degeneração da sociedade e, de que os doentes mentais deveriam ser evitados. Dessa forma os princípios da eugenia estavam intrinsicamente ligados com a psiquiatria, onde se buscava uma higiene social e nesse sentido, dentro dos aspectos psíquicos, buscava-se obter um país avançado:

“O que queremos é gente de saúde mental e físico forte [..]. Eugenizemos o brasileiro, selecionemos os tipos arianos que nos procuram, escapemos à infiltração de nova dose de sangue mongólico [..]” (MOREIRA ALMEIDA et al., 2005 apud SEIXAS et al., 2009, p. 82).

É notório, portanto, como a LBHM esteve relacionada com as questões eugênicas, sejam por recomendações ou intervenções dentro da psiquiatria, como da medicina em geral, em que:

A ligação entre psiquiatria e eugenia não é de surpreender diante da orientação da psiquiatria brasileira pela hereditariedade e a extraordinária preocupação de seus psiquiatras com os perigos que a doença mental e a ‘patologia’ dos pobres – crime, delinquência e prostituição – representavam para a sociedade (STEPAN, 2004, p. 343).

3.1 A presença das cirurgias invasivas no país

As psicocirurgias, são cirurgias invasivas que eram destinadas a doentes mentais, a cirurgia consistia em remover parte do cérebro ou causar lesões, principalmente nos lobos frontais. Inicialmente, com a premissa de tratar os pacientes em que nenhum outro método tinha obtido resultados, o que se constata na verdade, era uma busca para se alterar o comportamento em busca de docilidade. (MASIERO, 2003). As medicações destinadas a doenças mentais, só foram criadas no fim da década de 50, antes disso as medidas de tratamento

utilizadas, por exemplo, eram os eletrochoques e o choque insulínico¹⁶. Com a falta de resultados efetivos, neurocirurgiões buscaram criar técnicas cirúrgicas, que é o caso da leucotomia¹⁷ ou lobotomia. A leucotomia pré-frontal criada pelo médico português Egas Moniz, em 1928, inspirou outras intervenções cirúrgicas como a lobotomia pré-frontal pelos norte americanos Walter Fremman e James Watts, a lobotomia transorbitária pelo italiano Amaro Fiamberti, e a leucotomia em três tempos do médico paulista Mario Yahn. Apesar de algumas diferenciações técnicas, ambos os procedimentos tinham como intuito curar doenças mentais (MASIERO, 2003; TOLEDO, 2019). Com a forte influência da Europa e Estados Unidos no Brasil, como referência de avanço e modernidade, estas técnicas chegaram ao país. Em 1936, no Hospital Psiquiátrico de Juqueri, é feita a primeira lobotomia pelo médico Aloysio Mattos Pimenta, o qual fez o procedimento em 4 mulheres¹⁸, e posteriormente fez em mais 32 mulheres. Apesar da falta de pesquisa e estudos avançados, a lobotomia foi muito comum entre 1936 e 1956¹⁹ nos manicômios brasileiros, em que mais de mil procedimentos foram registrados no país, inclusive com crianças²⁰ (MASIERO, 2003).

O que se mostra na realidade, é que esta intervenção perigosa e invasiva, e que era feita com pessoas que não tinham consentimento acerca de tomar a decisão se aceitavam ou não fazer o procedimento, tinha como principal efeito colateral a mudança de personalidade e comportamento, em que se buscava a passividade e a docilidade, não se tinha como objetivo um tratamento efetivo, mas sim mudanças drásticas e irreversíveis nas faculdades mentais, inclusive seu idealizador Egas Moniz (...) foi obrigado a admitir que certos pacientes apresentavam déficit de inteligência e embotamento psíquico depois de operados.” (MASIERO, 2003, p. 554). Como aspecto relevante a ser explorado

¹⁶ Doses excessivas de insulina eram aplicadas nos pacientes os quais entravam em coma.

¹⁷ Apesar de tecnicamente serem diferentes, a lobotomia virou sinônimo de leucotomia, e essa é a terminologia mais comum e usada.

¹⁸ Das quatro mulheres, ele relatou o acompanhamento de duas, talvez as outras duas faleceram no procedimento.

¹⁹ Apesar do Código de Nuremberg de 1947, que estabelecia as diretrizes acerca da experimentação médica em humanos, as lobotomias continuaram acontecendo no país.

²⁰ “Em 1947 os psiquiatras Mário Yahn, Stanislaw Krynski e os neurocirurgiões Aloysio Mattos Pimenta e Afonso Sette Jr. operaram nove crianças, sendo todas meninas entre nove e 16 anos de idade, do pavilhão feminino infantil do Juqueri. [...] este foi o primeiro estudo publicado com crianças que se tem notícia. Talvez seja o único.” (MASIERO, 2003, p. 562)

nesse trabalho, é como o gênero e cor e etnia foram definidores para a escolha de quem passaria por esse procedimento. Em 1951, é lançado um conjunto de artigos pelos médicos Mario Yahn, Aloysio Mattos Pimenta e Afonso Sette Junior que tinha como título *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*. Das 400 lobotomias relatadas, todas foram feitas em mulheres, sem uma justificativa aparente para essa escolha. (YAHN et al., apud TOLEDO, 2019).

Como apresentado ao longo do trabalho, as noções de eugenia e racismo científico em voga no país, apresentaram-se no campo da psiquiatria. Como constatado, as lobotomias feitas em Juqueri, majoritariamente em mulheres, incluíam maior porcentagem em mulheres negras do que brancas (TOLEDO, 2021). Em 1949, foram feitas essa intervenção cirúrgica em 76 internos do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, em que a maioria consistia em homens não brancos, a fim de reduzir a 'agressividade'. (TANCREDI et al., 1949 apud MASIERO, 2003, p. 566). Paralelamente a isso, como constatado por Masiero, após a evolução da cirurgia a destinação da cirurgia tem modificações, em que se buscava a seleção de 'melhor material humano', então, as escolhas deveriam ser de homens, brancos, estrangeiros e de classes mais altas (MASIERO, 2003, p. 561-562):

Com o aprimoramento técnico, que possibilitou uma evidente diminuição dos óbitos e dos efeitos colaterais, foram sendo operados pacientes de classes sociais mais altas e maior número de homens internados em hospitais privados. Conforme a periculosidade diminuía, as cirurgias passavam a ser realizadas em cidadãos mais valorizados, de acordo com os referenciais conceituais, comuns no começo do século XX, de raça, gênero e classe social. Tanto que a primeira experiência realizada em um hospital privado publicada, data de 1949 (Longo, Pimenta e Arruda, 1949), 13 anos após início das experiências no país. (MASIERO, 2003, p. 568-569).

Portanto, pode se constatar que essa mudança não foi imparcial, pois as escolhas foram direcionadas em causa de um viés que estava sendo discutido no país, extremamente racista e violento. É apresentado de que modo as instituições psiquiátricas estabelecidas no Brasil nesse período, estavam diretamente ligadas com as questões de eugenia e higienismo social, em que era necessário segregar

essas pessoas do convívio social, e não somente isso, mas ainda a maneira como essas pessoas deveriam ter um tratamento totalmente negligente, abarcados por violências e passadas por tratamentos, até então sem estudos avançados, submetidas sem o consentimento, tratadas como 'não humanos'.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após levantamento bibliográfico, é apresentado nesse trabalho as relações entre eugenia no Brasil e o tratamento de doentes mentais, considerados desviantes sociais, os doentes mentais deveriam ser segregados socialmente, segregação abarcada por violências, sendo impedidos ao convívio em sociedade. Durante a Primeira República (1889-1930), a identidade nacional brasileira foi fortemente influenciada por teorias científicas europeias e norte-americanas, focando em sanitarismo e higienismo. A ciência positivista foi associada ao progresso e à modernidade, mas esse avanço ocorreu às custas de muitos, promovendo uma "limpeza social" que excluía aqueles considerados indignos de participar da civilidade.

Dessa forma, a teoria da eugenia ganha força e estabelece um campo de estudo no país, que durou por muito tempo. A concepção de selecionar os melhores para se ter uma sociedade sã e avançada, era algo a ser alcançado no Brasil. Pode constatar que a principal questão para os eugenistas, não era somente identificar o que era considerado bom, mas sim, o mais importante era identificar o que era considerado ruim e impedi-lo de ser reproduzido. Estas concepções tiveram influência na medicina e principalmente na Psiquiatria, o que orientou o diagnóstico e tratamento de doentes mentais, defendendo a segregação destes. Além disso, a presença das lobotomias no país evidenciou em como as escolhas para a realização dessa cirurgia invasiva, não eram aleatórias, e sim carregavam consigo um viés de gênero e principalmente um viés baseado em cor e etnia, em que a maioria dos procedimentos foram realizados pessoas negras mas, majoritariamente em mulheres negras, expondo assim o caráter racista e eugenista na realização dessas cirurgias .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGASSIZ, 1868 apud SCHWARCZ, SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil--1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ASSUMPÇÃO JR., Francisco B. A ideologia na obra de Antonio Carlos Pacheco e Silva. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol. VI, núm. 4, diciembre, 2003, pp. 39-53 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental São Paulo, Brasil.

BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Extraprensa**, São Paulo. v. 11, n. 2, p. 175-196, jan/jun. 2018.

BLANC, 1994, apud BALSANELLO, BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educ. Rev., Curitiba**, n. 12, p. 153-165, 1996.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educ. Rev., Curitiba**, n. 12, p. 153-165, 1996. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 mar 2024.

BOLETIM DE EUGENIA, nº1, janeiro, 1929.

BOLETIM DE EUGENIA, nº12, dezembro, 1929.

BOLETIM DE EUGENIA, nº 27, março, 1931.

BOLETIM DE EUGENIA, nº30, junho, 1931.

BOLETIM DE EUGENIA, nº40, out-dez, 1932. Renato Kehl. Documentos de 1929 a 1933. Disponíveis em: https://cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/boletim_de-eugenia-1 E: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>

BRASIL. **Constituição (1934)**. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

BRASIL. **Constituição (1937)**. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm.

BRASIL. 1911. Decreto Lei 8.834 de 11 de julho de 1911. Reorganiza a Assistência a Alienados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8834-11-julho-1911-507693-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Ministério da Saúde**, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DARWIN, C. **A Origem das Espécies**. São Paulo: Editora Escala, 2009.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: Uma história da eugenia no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Contexto, 2015.

DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Unesp, 1999.

DEL CONT, V. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scntiae Studia** v. 6, n. 2, p. 201-218, abr. 2008.

DEL PRIORE, M; VENANCIO, R. Uma belle époque não tão belle. In: DEL PRIORE, M; VENANCIO, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016.

FACCHINETTE, Adriana. Et al. Projeto: do hospício pedro II ao hospital nacional alienados: 100 anos histórias (1841-1944). Rio de Janeiro: Casa Osvaldo Cruz/Fiocruz, 2015. https://hpcs.bvsalud.org/wp-content/uploads/2018/12/Resumo_HNA_100-anos_de-hist%C3%B3ria-apoio-PROEP-CNPq-Fiocruz.pdf

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura na idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GALTON, Francis. **Inquiries into Human Faculty and Its Development**. 1883

GALTON, Francis. **Herencia y eugenesia**. Trad. Raquel Alvarez Peláez. Madrid: Alianza, 1988

GOES, Weber Lopes. **Racismo e Eugenia no Pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. São Paulo: LiberArs, 2022.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LAMARCK, J. B. Philosophie zoologique. Paris : **Libraire F. Savy**, 1873. v.2.

LBHM, nº2, 1925.

LBHM, nº5, 1929.

LBHM, nº1 e 2, 1939.

LBHM, nº3, 1941. Disponíveis em: <https://cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental>

LOBATO, Monteiro. **Problema vital**. São Paulo: **Revista do Brasil**, 1918: Romance Americano do Ano 2228. São Paulo: Brasiliense, 1964.

MAI, L. D.; ANGERAMI, E. L. S. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 2, p. 251-258, mar. 2006.

MASIERO, A. L. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 10, n. 2, p. 549-572, maio 2003.

MENDEL, Gregor. Experimentos na hibridização de plantas, 1865.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, R, J; OLIVEIRA, R, M, S. Origens da segregação racial no Brasil. In: Amériqne Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers. **ALHIM**. Publicado em 18 junho 2015.

PERES, M. A. DE A. et al. O ensino da psiquiatria e o poder disciplinar da enfermagem religiosa: o hospício de Pedro II no segundo reinado. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 20, n. 4, p.700-708, out, 2011.

ROCHA, Simone. **Eugenia no Brasil: Análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia: 1929-1933**. Curitiba: CRV, 2014.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

SANTOS, R. A. DOS.; SILVA, R. M. DE N. B. E. Racismo Científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, v. 34, n. 68, p. 253-268, mar. 2018.

SEIXAS, A. A. A.; MOTA, A.; ZILBERMAN, M. L. A Origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 31, n. 1, p. 82-82, 2009.

SEVCENKO, N. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil--1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, V. S. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette- Pinto, 1920-1930. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, V. 23, p. 93-110, dez, 2016.

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. **História e Saúde collection**, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311- 1. Available from SciELO Books

_____. **A hora da Eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

TOLEDO, Eliza Teixeira de. Loucura, rebaixamento intelectual de mulheres e protagonismo: análise histórica a partir de estudo de caso. **Estudos Ibero Americanos**. Porto Alegre. V.47.n.3p.1-14.set-dez, 2021.

_____. **A circulação e aplicação da psicocirurgia no Hospital Psiquiátrico de Juquery, São Paulo: Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2019. [Tese Doutorado]

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, jan.-mar. 2013, p.263-288